

# O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



Eliana Cavalieri Duarte  
Coord. Estadual/RJ e Coord. do Sudeste

# Conselhos: um pouco de história

- Entre as novidades que a Constituição de 1988 trouxe a sociedade brasileira, a opção por um regime político plural e descentralizado, democrático, possibilitou a organização de mecanismos de participação social e da ampliação do número de sujeitos políticos.

# Democratizando a Educação...

- Democratizar a gestão da educação pública implica a existência de um coletivo, de espaço de participação social na formulação e acompanhamento da política pública.

# Sabemos que...

- Até a CF de 1988, o principal modo da sociedade civil participar ou influenciar nas decisões de governo e assegurar políticas comprometida com os interesses da maioria, foi através do voto.
- Hoje, uma outra possibilidade, é o Conselho Municipal, um espaço possível à população.

# Conselho: concepção e natureza

- Órgãos colegiados dos Sistemas: ESTADO
- ESTADO = SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO
- Estratégia para a continuidade das políticas educacionais para além da transitoriedade dos governos
- Mediação governo-sociedade
- Falam ao governo em nome da sociedade
- Fórum local/permanente da educação
- Expressa a voz da pluralidade social

# Papel do Conselho Municipal de Educação

- CME compreende como órgão estatal, público, autônomo e constituído dentro da esfera do Poder Executivo, para a implementação de processos democráticos de controle das políticas públicas educacionais.

# PRINCIPAIS FUNÇÕES

- **Deliberativa** - Poder de decisão
- **Consultiva** - Responder a consultas sobre leis educacionais e suas aplicações.
- **Normativa** - Normas complementares orienta e disciplina a organização e o funcionamento educacional do sistema municipal de ensino.
- **Fiscalizadora** - Defesa dos interesses da cidadania.
- **Mobilizadora** - Mediação governo e sociedade.
- **Propositiva** - Sugerir políticas de educação, Acompanhamento e Controle Social do financiamento da educação .

# IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CME

- Atuar na defesa dos direitos educacionais assegurados nas leis vigentes;
- Sensibilizar os poderes públicos municipais quanto às responsabilidades no atendimento das demandas dos segmentos, em conformidade com as políticas públicas da educação;
- Municipalizar a preocupação na resolução dos problemas educacionais;
- Participar da formulação, implantação, supervisão e avaliação da política educacional;
- Estabelecer um elo interlocutor entre a sociedade e o poder público.

# PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

- Técnico-pedagógico
- Participação social

# Técnico-pedagógico

## Área de normas educacionais:

- Credenciar e autorizar as instituições educacionais
- Interpretar a legislação ou normas educacionais
- Emitir parecer
- Verificar o cumprimento da legislação ou normas educacionais

# Técnico-pedagógico

## Área de planejamento e políticas educacionais:

- Participar da definição dos padrões mínimos de qualidade para a educação municipal.
- Emitir parecer sobre planos de aplicação de recursos do salários-educação, plano de expansão, proposta orçamentária, acordos e convênios, criação de escolas municipais etc.

# Técnico-pedagógico

## Área de planejamento e políticas educacionais:

- Propor diretrizes para o Plano Municipal de Educação.
- Definir critério para avaliação institucional do SME .
- Propor medidas para melhoria do fluxo e rendimento escolar.
- Sugerir medidas para atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

# Participação social

- Refere-se as funções de acompanhamento e controle social na área de gestão e execução do planejamento e das políticas para a educação.
- Acompanhar e avaliar a execução do PME .
- Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos públicos.

# Dificuldades de funcionamento

- Os resultados indicam que a falta de estrutura, a forma de organização centralizada e a ausência de processos de capacitação para conselheiros impedem que estes órgãos cumpram suas funções articuladas ao controle social das políticas de educação.

# Desafio

- Persiste uma prática que não valoriza a Gestão Democrática. São muitos os exemplos em que os Gestores do Executivo presidem os Conselhos. E, nessa dependência os Conselhos não conseguem desenvolver a participação política de forma autônoma, responsável e comprometida com o interesse da maioria da população.

# Necessidades imediatas

Cursos de formação  
para conselheiros

Reivindicar sua  
autonomia  
financeira e  
administrativa

Possibilidade de  
exercer suas  
funções em  
sintonia como  
controle social das  
políticas de  
educação

*uncme.angra.rj@gmail.com*

*Tel: 24- 3367-3791*